



EXTRACTIVAS

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Anticorrupção - Transparência - Integridade ** Edição N° 3/2017 - Junho - Distribuição Gratuita

Projecto de FLNG da Bacia do Rovuma

Receitas do LNG Serão Primeiro para As Empresas e Só Depois para o Estado Moçambicano

Projecto lançado num ambiente de celebração e grandes promessas

Introdução

Os parceiros que detêm a concessão para a pesquisa, prospecção e exploração de gás natural na área 4 da Bacia do Rovuma, no norte de Moçambique, nomeadamente, a Eni (concessionária), a Galp, Mitsui, CNPC e ENH, finalmente tomaram a Decisão Final de Investimento para a implantação da fábrica flutuante de produção de gás natural liquefeito (FLNG, sigla em inglês).

A formalização do arranque do projecto ocorreu em Maputo, num evento publicamente anunciado como sendo de lançamento do projecto de LNG, organizado pela Eni e seus parceiros no consórcio e que contou com a presença do Presidente da República, Filipe Nyusi, da Ministra dos Recursos Minerais, que fizeram um discurso positivo e cheio de promessas sobre os ganhos do projecto, da Governadora de Cabo Delgado, onde o projecto será implementado, que não teve direito a palavra, e dirigentes das empresas que participam no projecto.

Este avanço é bom para o país que entrará para a lista dos maiores produtores de gás natural em África, depois da Argélia e Nigéria, bem como de LNG no mundo. Igualmente, vai gerar receitas significativas para o Estado moçambicano que tem um orçamento deficitário, agravado recentemente por consequência de dívidas contraídas ilegalmente.

Este projecto poderá gerar ao longo de 30 anos, a contar da data do início de produção (2022), um total de US\$ 18 mil milhões em receitas para o Estado moçambicano¹. Um comunicado de imprensa do Ministério dos Recursos Minerais e Energia² refere que serão criados 820 postos de trabalho, dos quais 90 por cento serão preenchidos por mão-de-obra nacional, a ser profissionalmente capacitada para o efeito. Não há detalhes sobre o tipo de emprego que será criado e nem em que fases do projecto, sabido que a produção de gás natural é de capital intensivo, podendo empregar muito na fase de construção da fábrica e menos durante as operações propriamente ditas.

¹ De acordo com as estimativas da empresa Eni.

² http://www.inp.gov.mz/pt/content/download/1183/7918/file/comunicado_Aprova%C3%A7%C3%A3o%20Plano%20desenvolvimento%20do%20Projecto%20FLNG%20Coral%20Sul.pdf

Sem o mesmo glamour de hoje, mas igual nível de promessas de grandes receitas para o Estado moçambicano, muitos postos de trabalho e ganhos económicos foram feitas em 2002, quando se lançou o projecto da Sasol, que explora gás natural em Pande-Temane para a vizinha África do Sul. Dez anos depois, somente a África do Sul e a Sasol tiveram ganhos com o gás moçambicano. Portanto, enquanto o avanço do projecto de FLNG é um facto, as promessas de grandes receitas são incertas.

“Enquanto o avanço do projecto de FLNG é um facto, as promessas de grandes receitas são incertas.”

1. Preço

As expectativas de receitas para o Estado, na ordem de US\$ 18 mil milhões em 30 anos, podem materializar-se, assim como não. Tudo depende dos preços a que o gás será vendido. É que o preço é determinante para o cálculo dos impostos a serem pagos ao Estado.

Neste momento, o preço de venda acordado entre a Eni e BP não é conhecido. Portanto, falta transparência. Contudo, considerando o preço médio do LNG, de US\$7,5/Milhão de Unidade Térmica Britânica (MBTU), no mercado internacional¹ actualmente, espera-se que o preço acordado seja inferior a este, do qual serão, ainda, extraídos os custos de transporte e regaseificação, tratando-se de preço Netback.

O preço determinou os ganhos do Estado moçambicano no projecto de gás natural de Pande-Temane, pela fórmula complicada e abusiva usada para a sua determinação.

O preço de venda é calculado através da combinação de um preço 'à boca do poço' e uma taxa de manuseamento nas Instalações de Processamento Central (IPC), ambos baseados numa fórmula que é comparada a três preços internacionais de petróleo, provenientes de fontes distintas. O preço à 'boca do poço' tem como base de referência US\$ 0,50/Gigajoul (GJ) que é, então, ajustado de acordo com uma média ponderada de petróleo bruto, diesel e lubrificantes.

Durante os primeiros dez anos de produção, no entanto, o preço 'à boca do poço' está limitado ao tecto de 0,67 dólar. Segundo a fórmula do contrato de venda de gás, o preço-base antecipado era de apenas US\$ 0,85 (\$ 0,50 à boca do poço + \$ 0,35 de taxa de manuseamento)².

¹www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx, Natural Gas, Indonesian Liquefied Natural Gas in Japan, US\$ per Million Metric British Thermal Unit

² http://www.cip.org.mz/historico/cipdoc/275_Primeiros%20Grandes%20Projetos%20do%20Sector%20extractivo%20Frustram%20as%20Expectativas%20dos%20mo%C3%A7ambicanos.pdf

Contratos de chave-na-mão são aqueles que oferecem garantia de eficiência na implementação do projecto com intervenção mínima do lado do investidor. A responsabilidade é centrada nas mãos dos contratados e não expõem os investidores a riscos de contratos com fornecedores.

<https://www.researchgate.net/publication>

Como se pode depreender, os preços bastante baixos prejudicaram sobremaneira as possibilidades de receita significativa para o Estado nos primeiros dez (10) anos da implementação do projecto de gás natural de Pande-Temane, pela multinacional sul-africana Sasol.

Caixa de texto: **Governo garante primazia de receitas para pagamento do financiamento**

No dia 1 de Junho de 2017, numa cerimónia muito mediatizada e concorrida, convocada pela Eni e seus parceiros da área 4, o Governo assumiu o compromisso público de que as receitas ganhas com a venda de gás natural serão usadas para, primeiro, pagar o capital investido e só muito depois os impostos serão pagos ao Estado.

Publicamente, o evento foi anunciado como **lançamento do Projecto Coral Sul em Moçambique**, durante o qual foram assinados os contratos para a perfuração, construção e estabelecimento das instalações de produção, assim como os acordos com o Governo de Moçambique para o financiamento e o enquadramento legal do projecto .

No geral, uma vez tomada a Decisão Final de Investimento do consórcio, era preciso reunir com o Governo para acertar pormenores para o arranque do projecto. Sobre o acordo de financiamento, embora não tenham sido divulgados detalhes, o objectivo era garantir que o consórcio teria autorização para priorizar o pagamento do financiamento com os credores em detrimento do pagamento de impostos.

O Projecto é avaliado em US\$ 8 mil milhões, dos quais 60% serão financiados por cerca de 15 bancos internacionais e tem garantia de 5 agências de crédito à exportação.

2. Monitoria dos Custos

O Governo moçambicano tem um desafio importante de garantir que as receitas esperadas sejam efectivamente arrecadadas e correspondam ao que justamente a empresa deve pagar. Nesse âmbito, a moitoria dos custos que as empresas vão declarar é imperativa.

Os projectos do sector extractivo, muitas vezes, geram menos receita para o Estado do que o esperado, devido a uma combinação de excessos de custos de capital e à inclusão de deduções que envolvem despesas inelegíveis ou inflacionadas. Geralmente, os grandes investimentos têm um risco de extrapolação de custos na ordem de 25% (vide tabela 1).

Custos de capital mais altos do que o esperado, combinados ao preço de venda de gás muito baixo, têm efeitos importantes para cada uma das quatro principais fontes de receita do Estado. Portanto, é agora que as instituições do Estado e o Governo devem fazer o controlo dos custos das empresas uma vez que é contra esses custos que a receita do Estado será gerada.

O Tribunal Administrativo (TA), no seu relatório e parecer da Conta Geral do Estado de 2015, chamou atenção para o facto de as instituições do Estado, particularmente o Instituto Nacional de Petróleos e a Autoridade Tributária, não estarem a ser diligentes no controlo dos custos declarados pelas empresas, o que poderá permitir que elas (as empresas) deduzam, para efeitos de recuperação, custos que não são recuperáveis.

Tabela 1: Extrapolação de custos nos projectos de hidrocarbonetos

Localização geográfica	Número de projectos	Média de Valor dos projectos (em milhões de dólares)	Valor Total dos Projectos (em milhões de dólares)	Médias da Extrapolação de custos (%)
Africa	22	1,390.41	30,589	50.42
Asia	13	10,981.77	142,763	92
Europa	16	2,712.69	43,403	90.75
América do Norte	11	3,703.09	40,734	83
Oceania	2	691	1,382	32.5
América do Sul	5	1,236	6,180	58.6

Fonte: adaptado do artigo "Cost Overruns in Hydrocarbon Mega-projects: A Critical Review and Implications for Research, 2015"

“Neste momento, o preço de venda acordado entre a Eni e BP não é conhecido. Portanto, falta transparência.”

A Eni diz que o risco de extrapolação dos custos de capital no seu projecto é mínimo, visto que os mesmos foram certificados internacionalmente, sendo o mais realistas possível. E pelo facto de os contratos de construção serem de “chave-na-mão³” reduzem o risco.

Embora a Eni defenda que o projecto não apresenta riscos de extrapolação de custos pelo tipo de contrato assinado com o consórcio que vai construir as infra-estruturas, não é líquido que tal não venha a acontecer.

Os riscos estão associados a possíveis aumentos de preços dos equipamentos e demais materiais necessários para a construção das infra-estruturas que o construtor poderá depois reivindicar junto do investidor.

Um estudo recente da Ernst and Young Global (2014) estimou que 64% dos mega-projectos de hidrocarbonetos no mundo registam custos excessivos e os factores mais comuns para tal situação, entre vários outros, são conflitos e problemas de relacionamento entre os integrantes das joint ventures compostas para implementar as infra-estruturas, fraca gestão dos riscos, planeamento inadequado, com previsões excessivamente optimistas.

³ http://www.cip.org.mz/historico/cipdoc/275_Primeiros%20Grandes%20Projectos%20do%20Sector%20extractivo%20Frustram%20as%20Expectativas%20dos%20mo%C3%A7ambicanos.pdf

Contratos de chave-na-mão são aqueles que oferecem garantia de eficiência na implementação do projecto com intervenção mínima do lado do investidor. A responsabilidade é centrada nas mãos dos contratados e não expõem os investidores a riscos de contratos com fornecedores.

<https://www.researchgate.net/publication>

Igualmente, arranjos contratuais e comerciais complexos, significativos desafios técnicos e mudanças económicas e das condições regulatorias, exacerbam os riscos de acidentes e falhas, com consequente extrapolação de custos.⁴

O projecto de LNG australiano, um investimento da Chevron, o Gordon Project é emblemático no que a extrapolação de custos diz respeito. É que estava projectado um custo de 37 mil milhões de dólares australianos (US\$31 mil milhões) em 2009, quando foi originalmente aprovado, mas quando reavaliado em 2012, os custos haviam aumentado em 40%, passando para 52 mil milhões de dólares australianos (US\$54 mil milhões)⁵.

Moçambique já tem experiência de ganhos reduzidos para o Estado em resultado de elevados custos de capital. Trata-se do projecto de exploração de gás natural de Pande-Temane, em Inhambane, operado pela Sasol, cujos custos de capital para a primeira fase do projecto foram muito mais elevados do que o inicialmente previsto.⁶ As projecções do MIREM, por exemplo, basearam-se em estimativas do custo de capital de, aproximadamente, US \$ 600 milhões. Em 2003, as projecções do Banco Mundial foram baseadas em estimativas de custo de US \$ 721 milhões, sendo US \$ 317 milhões a montante (desenvolvimento do campo e a central de processamento) e US \$ 404 milhões para o gasoduto⁷.

Portanto, este é o momento de o Governo melhor organizar-se em termos de capacidade humana e instrumentos para fazer a monitoria adequada dos projectos. Igualmente, deve fazer uma auditoria urgente aos planos de investimentos e de recuperação de custos apresentados pela empresa ao longo destes mais de 10 anos de actividades de modo a aferir se os mesmos condizem com o que a empresa efectivamente realizou, bem como avaliar que impacto estes custos terão sobre as receitas futuras. É que para o projecto de FLNG o futuro começa agora!

3. O Governo Deve Comunicar sobre as Perspectivas de Ganhos e Suas Assumpções

Ao longo dos anos o Governo tem estado a comunicar muito pouco sobre a perspectiva de ganhos para o país e as assumpções para a projecção de tais ganhos. Igualmente, muito poucas oportunidades se têm dado ao Governo local para se pronunciar sobre as expectativas e visão local dos projectos. Por exemplo, na cerimónia de lançamento do projecto de FLNG, a Governadora de Cabo Delgado estava presente, mas não lhe foi dada a palavra para se pronunciar sobre o projecto que será implantado na sua área de jurisdição.

As expectativas à volta do gás natural voltam a reacender e há necessidade de informar os moçambicanos sobre que ganhos o país terá, o porquê desses ganhos e a partir de quando tais ganhos virão. Só desta forma será possível controlar as expectativas dos cidadãos.

4 https://www.researchgate.net/publication/280496167_Cost_Overruns_in_Hydrocarbon_Mega-projects_A_Critical_Review_and_Implications_for_Research

5 Chambers, M. (2012). Chevron ups cost estimate on Gorgon LNG project to \$52bn . The Australians . Retrieved from <http://www.theaustralian.com.au/business/mining-energy/chevron- ups-cost-estimate-on-gorgon-lng-project-to-52bn/story-e6frg9df-1226530997643>

6 http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C275_Primeiros%20Grandes%20Projectos%20do%20Sector%20extractivo%20Frustram%20as%20Expectativas%20dos%20mo%C3%A7ambicanos.pdf

7 http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C275_Primeiros%20Grandes%20Projectos%20do%20Sector%20extractivo%20Frustram%20as%20Expectativas%20dos%20mo%C3%A7ambicanos.pdf

“Os detalhes sobre os valores das receitas projectadas para o Estado estão apenas no domínio do Governo, das empresas do consórcio, incluindo a ENH, e é o momento de tornar esta informação pública. Igualmente, devem ser tornados públicos os termos de financiamento da ENH de modo a permitir que os moçambicanos estejam informados e possam fazer o escrutínio público. ”

O Consórcio liderado pela Eni (concessionária), Galp, Mitsui, CNPC e ENH deverão pagar tributos ao Estado, inseridos em quatro categorias principais: royalties, imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas e do gás, lucro que será partilhado entre o Governo e a empresa.

E sobretudo, indirectamente, na fase de desenvolvimento das infra-estruturas, o imposto de renda das empresas sub-contratadas e de prestação de bens e serviços, retidos na fonte. Outra fonte importante de receitas para o Estado é a sua participação por via da ENH, que deverá gerar receitas em dividendos. Entretanto, o início do pagamento dos dividendos depende dos termos de financiamento acordados com os investidores do projecto, sobretudo devido à amortização do empréstimo.

Esta situação não será nova visto que no projecto de Pande-Temane, para assegurar a participação da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (subsidiária da ENH) no projecto, os financiadores impuseram limites na distribuição de dividendos, o que prejudicou a canalização destas receitas para o Estado.

Os valores das receitas projectados para o Estado estão apenas no domínio do Governo, das empresas do consórcio, incluindo a ENH, e é o momento de tornar esta informação pública.

Igualmente, devem ser tornados públicos os termos de financiamento da ENH de modo a permitir que os moçambicanos estejam informados e possam fazer o escrutínio público.

O projecto

No dia 23 de Fevereiro de 2016, o Conselho de Ministros aprovou o Plano de Desenvolvimento da Eni, referente ao campo de Coral Sul, onde o volume de gás in-place é estimado em 15,9 trilhões de pés cúbicos (TCF, sigla inglesa). Assim, num investimento inicial de cerca de 10 (dez) biliões de dólares americanos (actualmente fala-se de 8 (oito) mil milhões)¹, dos quais a comparticipação da ENH é de cerca de 900 (novecentos) milhões de dólares, prevê-se a produção de 2,5 a 3,5 milhões de toneladas de gás por ano ².

Este investimento inclui a construção de uma unidade de flutuação para tratamento, liquefacção e armazenamento de gás natural (FLNG, sigla inglesa) com uma capacidade de 3,4 milhões de toneladas/ano alimentados por 6 (seis) poços de produção submarinos, gerando 235 mil metros cúbicos de LNG e 2 vezes condensado de 50 mil metros cúbicos³.

A construção da unidade flutuante, que deverá iniciar em 2017, estará ao cargo do consórcio entre TechnipFMC, Samsung e JGC que terá lugar na Coreia do Sul.⁴ O desenho dos projectos de engenharia (front end engineering design - FEED) para a construção, instalação e infra-estrutura foi feito pelo consórcio KD Consortium, composto por KBR and Daewoo Shipbuilding & Marine Engineering Company⁵. Assim, espera-se que as operações iniciem em 2022⁶.

Recentemente, a Eni assinou um acordo vinculativo com a petrolífera britânica, BP, com a duração de 20 anos, para a venda de todo o gás natural a ser produzido nos campos de Coral, incluindo a parcela do Governo, em regime contratual off-take⁷.

1 <http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/45018-governo-e-eni-assinam-contratos-para-arranque-do-projecto-de-gas-no-rovuma.html>

2 <http://www.enh.co.mz/index.php/Imprensa/Noticias/FLNG-sera-porta-de-entrada-de-investimentos-para-Mocambique>

3 Relatório anual da Eni, 2015.

4 <http://zitamar.com/eni-reaches-fid-coral-south-flng-project-mozambique/>

5 [bhttp://www.google.co.mz/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwii1qjckPbPAhWoI8AKHflaC7cQF-gg-MAM&url=http%3A%2F%2Fwww.oilandgastechology.net%2Fupstream-news%2Feni-awards-kbr-daewoo-feed-contract-mozambique-flng-project&usg=AFQjCNE1Xq35jeMzSDCf0b-jHbL9LP4kQ](http://www.google.co.mz/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwii1qjckPbPAhWoI8AKHflaC7cQF-gg-MAM&url=http%3A%2F%2Fwww.oilandgastechology.net%2Fupstream-news%2Feni-awards-kbr-daewoo-feed-contract-mozambique-flng-project&usg=AFQjCNE1Xq35jeMzSDCf0b-jHbL9LP4kQ)

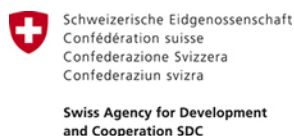
6 Relatório anual da Eni, 2015

7 Off-take refere-se a um acordo entre o produtor de um recurso e um comprador desse recurso para comprar ou venda futura de parte ou da totalidade da produção desse recurso. Um acordo offtake é normalmente negociado antes da construção de uma instalação, como uma mina ou unidade de processamento de LNG, no caso, a fim de assegurar um mercado para a produção futura. O estabelecimento deste tipo de acordos torna mais fácil obter financiamento para construir uma instalação. Fonte: <http://www.investopedia.com/terms/o/offtake-agreement.asp#ixzz4hJSUt6lY>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Reino dos Países Baixos



Norwegian Embassy

Informação editorial

Director: Adriano Nuvunga

Autora: Fátima Mimbire

Equipa técnica: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mapisse, Jorge Matine, Stélio Bila

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerchild, nº 124

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917

Cel: (+258) 82 3016391

[f @CIP.Mozambique](#) [@CIPMoz](#)

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique